

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Almeida, Ana Nunes de, 1957-

Novos modelos de ser e de estar na sociedade de hoje : os contextos da infância

<http://hdl.handle.net/11067/4031>

Metadados

Data de Publicação	1998
Palavras Chave	Crianças, Pais e filhos
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 17-18 (1998)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:24:13Z com informação proveniente do Repositório

NOVOS MODELOS DE SER E DE ESTAR NA SOCIEDADE DE HOJE: OS CONTEXTOS DA INFÂNCIA ¹

Ana Nunes de Almeida *

1. Tendo em conta o tema do encontro e privilegiando o par família/criança, vou procurar apresentar-vos grandes linhas de mudança que afectaram modos de ser e de estar, na sociedade portuguesa de hoje, em dois campos profundamente interligados que são a família e a infância. Neste domínio, há que contar com uma imitação *desconfortável*: a infância, como problema ou como objecto de investigação em Sociologia e em Portugal é, ainda, uma filha de um deus menor, uma espécie de “*deserto científico*” (curiosamente ao contrário do que sucede com outras condições sociais definidas também por categorias etárias — sendo o caso paradigmático o da juventude). Com esta limitação óbvia, que caminho se pode então seguir? Proponho-vos abrir, indirectamente, *portas de entrada*, pontos de referência sobre o universo da infância, a partir de outros lugares, de outros universos mais conhecidos cientificamente, como por exemplo, as classes sociais, a família ou escola. E mostrar-vos como pode ser enriquecedora, neste debate, a perspectiva de contextualização que as ciências sociais trazem consigo.

2. Em primeiro lugar, há que fazer um enquadramento do tema no tempo.

A infância tem uma história, uma história recente no ocidente europeu... O ideal, a realidade da infância surge em famílias de meios sociais privilegiados, cultural e economicamente, das cidade europeias do séc. XVIII. E surge numa família burguesa que se representa como lugar da afeição, da realização afectiva dos seus membros; uma família que procura virar costas ao rebuliço da vida pública e afirma o ideal da privacidade. Nesta família companheirista a criança é, pela pri-

¹ Este texto, reproduz grosso modo, a intervenção que fiz nas Jornadas sobre Crianças em Risco. Mantém, por isso, um formato pensado em função da oralidade.

* Investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

meira vez, encarada como fruto da afeição dos pais, como um ser vulnerável a merecer protecção, amor, carinho, portador de direitos. Não é, portanto, um adulto em miniatura (como acontece nas sociedades rurais do Antigo Regime) mas antes alguém com características próprias, específicas. A criança tem, por outro lado, um lugar próprio de sociabilização: não entre adultos (nos trabalhos do campo ou das fábricas), mas em casa com a mãe ou um pouco mais tarde, no seu crescimento, com outras crianças na escola. Aqui temos, portanto, a recente norma e representação da infância, construída na relação entre duas instituições que a envolvem: por um lado, uma *família moderna* que adensa as relações afectivas de intimidade no seu interior e se privatiza relativamente a amarras do passado (a Igreja, a vizinhança, a rede alargada de parentesco); e, por, por outro, a escola.

Neste cenário, vale a pena sublinhar dois aspectos:

- É em relação a uma norma, um ideal construído de bem estar infantil, à representação do que deve ser uma infância normal e desejável, que se podem reconhecer ou diagnosticar socialmente as situações da “criança em risco”, em “estado de sofrimento” ou da “criança em desvio”. A realidade do risco não é, portanto, inédita na sua existência — inéditos são os olhares que hoje a revelam e lhes dão visibilidade, a constituem como problema relevante nas sociedades actuais.
- Definir uma situação de risco nunca representa, por outro lado, um juízo neutro, ou uma avaliação meramente profissional sobre uma certa situação de infância. Implica sempre um juízo de valor, uma conclusão socialmente mediada. Quer isto dizer, por exemplo, que não basta que os padrões de comportamento de um certo adulto relativamente a uma criança sejam considerados prejudiciais, de um certo ponto de vista técnico. É preciso, também, que esse comportamento seja considerado socialmente desajustado — porque viola normas sociais prevaletentes na comunidade, ou porque destoa de certos padrões de comportamento próprios de alguns dos seus grupos dominantes.

3. Proponho-vos um pulo no tempo. Situemo-nos em Portugal, nos anos 90 e procuremos caracterizar facetas da condição infantil, a partir das mudanças notáveis que têm afectado a família nestas últimas décadas. Recorramos, para tal, a certos indicadores estatísticos-chave que permitem enquadrar a realidade objectiva da infância em Portugal.

3.1. Em termos de demografia e de mudança, 1975 é um ano chave em Portugal (aliás como em toda a Europa Ocidental). Podemos notar, desde logo, o contraste entre as descendências numerosas do passado e a contenção procriativa dos casais de hoje.

Na Europa mudaram radicalmente as estratégias de fecundidade dos casais. Em Portugal também. As taxas de fecundidade caem vertiginosamente e o país passa, em 20 anos, de uma posição cimeira na União Europeia para apresentar um dos valores mais baixos. A paisagem portuguesa conhece ainda uma homogeneização impressionante já que as assimetrias profundas que a marcavam há anos atrás (entre o Norte e o Sul do Mondego, o litoral e o interior, por exemplo) se esbatem totalmente no presente. É como se a um retrato a cores contrastadas tivesse sucedido uma imagem acinzentada e uniforme do País — com dois picos fecundos: a região dos Açores e, no Continente, a do Cávado.

Nascem, portanto, muitos menos bebês hoje em Portugal (109000 em 1994, 214000 em 1996). O n.º final de filhos nas famílias portuguesas apresenta uma enorme regularidade: a maioria esmagadora dos casais tem 1, 2 filhos. O país envelheceu — e, do ponto da quantidade, a infância é hoje uma categoria menos expressiva do que o foi há décadas atrás. Mas morrem também menos bebês hoje em Portugal. Um regime demográfico moderno, feito de conjugação de baixas taxas de fecundidade e de mortalidade, instala-se efectivamente em Portugal nos finais da década de 60 — tardiamente, é certo (em termos europeus), mas com vigor.

Com a melhoria das condições higiénico-sanitárias e dos regimes alimentares, os progressos da medicina e os avanços da assistência materno-infantil, a infância torna-se uma categoria de idade biologicamente menos vulnerável. A mudança relativamente às sociedades não-industriais traduz-se num corte radical: a morte é hoje uma ideia (e uma realidade) completamente dissociada da infância: A taxa de mortalidade infantil passa de 77,5 por mil, em 1960, para 7,5 por mil, em 1995.

Encontramos, porém no país, regiões onde o risco de vida é maior, e onde nos defrontamos com mortes “evitáveis” de crianças: a taxa de mortalidade infantil é de 11 por mil nas regiões autónomas dos Açores, e Madeira; e surge com valores acima da média nacional no Norte Interior, Norte Litoral, Area Metropolitana do Porto e Alentejo. O elenco das causas de morte sugere também outros riscos; vale a pena destacar uma aberrante 3.ª causa de morte mais frequente, por acidente de viação (responsável por 8% do total de óbitos infantis); e uma 5.ª causa de morte (4%) por acidente; queda ou intoxicação.

3.2. Alterou-se também o estatuto da criança na rede familiar e de parentesco.

Mudaram, desde logo, as proporções aritméticas entre gerações. Os filhos são muitas vezes bem mais raros (enquanto categoria quantitativa) do que os pais, para não falar dos avós; e, na família, alterou-se também a composição familiar, as crianças estão sobretudo associadas a um estatuto de filhos/filhas, netos/netas (consoante a geração ascendente de referência), muito mais do que ligadas através de laços colaterais (irmãos/irmãs, primos/primas, sobrinhos/sobrinhas).

3.3. Nestas décadas mudaram também os valores e perspectivas dos portugueses perante a vida conjugal e a família. E também os ideais sobre o casamento. Hoje, e sobretudo entre as classes médias urbanas, salienta-se a prioritária importância daquele como lugar de afecto e de realização, sobre todos os outros domínios de actividade — amigos, trabalho, tempos livres — sendo que a família detém, como valor, uma presença de primeira grandeza no universo dos portugueses. Mas acentuam-se, ao mesmo tempo, os valores individuais da realização pessoal e da felicidade no presente, a ideia do casal como projecto afectivo construído a dois, em privado.

Os próprios indicadores demográficos retratam a instabilidade e diversidade da vida conjugal — as quais, de resto, são a regra e não a excepção da paisagem familiar europeia, tanto no passado como no presente.

O aumento persistente das taxas de divórcio em Portugal (um pouco como em toda a Europa), mas mais tardiamente e com uma expressão numérica mais modesta) constitui uma ilustração daquela ideia. Em 1994, por exemplo, realizaram-se em Portugal 66 000 casamentos e 13 580 divórcios. Tornam-se mais frequentes os arranjos monoparentais resultado de divórcio e, na sequência de recasamentos, as famílias recompostas.

Dentro da família, as crianças estão expostas a um leque mais variado de experiências que se prendem às atribulações das situações conjugais dos respectivos pais. Experimentam, sem dúvida, uma cultura familiar de diversidade.

Nascem mais crianças fora do casamento, isto é, de pais que não estão formalmente casados entre si — facto que indica uma dissociação entre casamento e maternidade. O número de nascimentos fora do casamento cresce continuamente e duplica, em Portugal, desde 1960 até ao presente: passa de 8% (1969) a 18% (1994). Mantêm-se, contudo, diferenças regionais salientes. O país aparece dividido em 2 metades, marcadas pelo rio Tejo: os valores mais altos surgem no Algarve e no Alentejo Litoral (regiões onde o indicador se aproxima dos 31%, na área Metropolitana de Lisboa (24%), contrastando com os da metade Norte.

Estas mudanças familiares não atingem indiscriminadamente as populações na sua totalidade. Há certas regiões e certos meios sociais em que surgem mais expressivamente do que em outros — o que sugere, logo no campo da família, como se marcam diferentemente as experiências da infância. Assim, as franjas mais jovens, com bons níveis escolares, pertencentes a certos grupos sócio-profissionais (como quadros médicos e superiores, profissões liberais, empregados), residentes em meios urbanos (e particularmente na grande Lisboa) e ateias que são os protagonistas da mudança, a defesa dos valores mais tradicionais, pelo contrário, associa-se preferencialmente às faixas mais idosas da população, com poucos ou nulos recursos escolares e das profissões manuais, habitantes do meio rural e católicos praticantes.

4. Temos estado a caracterizar a família de fora. Mas procuremos, agora, abordar a mudança por dentro...

Num contexto, como o português, onde se generalizou o acesso dos casais (especialmente mulheres) à contraceção segura e eficaz, a criança-filho surge como um fruto desejado de uma relação conjugal orientada, prioritariamente, pelos valores da intensidade afectiva e da realização individual. A criança deixou de ser um destino biológico para a mulher ou para o casal, concorrendo antes com outros campos de actividade e investimento.

4.1. Assiste-se, portanto, a uma mudança na representação da personalidade social da criança na família; ela perde funções instrumentais, surge menos como “um braço de trabalho” familiar ou um “seguro de velhice” dos progenitores. E, em contrapartida, existem outras funções que desempenha para os pais na família moderna. Entre elas, destacam-se:

- uma função afectiva: um filho representa um campo de investimento companheirista e de gratificação afectiva para os pais;
- uma função de coesão: um filho une o casal em torno de um projecto que representa uma história comum; alimenta e dinamiza os laços de troca intergeracionais, sobretudo os femininos, através dos quais se recria, em alguns pontos do tecido social, uma sociedade providência, de carácter familiar e vicinal, particularmente actuante no momento da parentalidade activa;
- uma função estatutária: um filho confere ao pai e à mãe novas formas de visibilidade e identidade sociais;
- uma função de papel: um filho representa um campo de aprendizagem ou de execução de tarefas, um campo de construção e de exibição de saberes, saberes-fazer;
- uma função de linhagem: um filho assegura a reprodução da identidade da linhagem familiar no tempo.

Esta personalidade social desejada para a criança é, obviamente, também moldada por diferentes estilos educativos que caracterizam as famílias onde ela cresce. Diferentes...

- nos objectivos que se propõem alcançar;
- nos meios/técnicas pedagógicas com que eles são propostos à criança;
- nos modos de coordenação que definem com outros agentes de sociabilização;
- na estrutura dos papéis parentais, na definição do grau de implicação do pai e da mãe no projecto ou tarefas educativas. Apesar de tudo, o modelo dominante, em termos de práticas efectivas (independentemente do relevo que

têm, por exemplo nos recentes inquéritos aos valores dos portugueses, os ideais igualitários entre sexos) é o da especialização da mãe nas tarefas da infância, no que se revela um contínuo prolongamento da sua especialização doméstica.

É bom lembrar, retomando o nosso fio condutor, que as diferentes tonalidades que pode assumir o processo educativo da criança em casa se prendem, também, ao meio social e escolar de pertença dos pais. Estas estratégias educativas parecem organizar-se em torno de dois modelos. Temos, por um lado, um modelo contratualista que privilegia a negociação flexível com a criança, a sua motivação e autonomia, que encoraja trocas comunicativas entre pais e filhos, própria de famílias abertas e atentas à influência externa de amigos, televisão e escola; e, por outro lado, um modelo estatutário, guiado pela ideia de atingir um melhor estatuto social, que impõe, mais rigidamente, a acomodação ou conformidade a normas sociais vigentes, fazendo um uso mais frequente de técnicas pedagógicas de controle. Ora, se o primeiro tende a prevalecer em casais de classe média escolarizada, urbana, o segundo, pelo contrário, surge em casais do meio operário, pouco escolarizado, com profissões manuais, a viver em áreas rurais. À partida, numas ou noutras famílias, as infâncias destas crianças não são as mesmas.

4.2. Na família actual, a criança não é pois tanto um investimento mas um custo, material e afectivo; e constitui o objecto de uma estratégia educativa que passa por uma longa carreira escolar. Chegamos, assim, a uma diferente realidade que baliza, de outro lado, a condição da infância: a escola.

No nosso país, o sistema educativo expandiu-se brutalmente nas últimas décadas. O estado português assegura actualmente uma escolaridade de 9 anos, e generalizou-se, entre os portugueses, a ideia de que a criança deve ser sociabilizada na escola — o diploma escolar é encarado como o instrumento, por excelência, da mobilidade social. Mas o ideal da escola e esta cultura familiar escolar está, sob este ponto de vista, longe da realidade que é vivida em alguns meios escolares.

A pobreza é uma realidade intolerável mas persistente em Portugal, tendo maior expressão quantitativa em meio rural, assumindo talvez formas mais qualitativas mais graves em meio urbano. Seja como for estima-se que 1/4 das famílias portuguesas vivam em situação de pobreza e de extrema precariedade económica. Por outro lado, franjas muito extensas da nossa população continuam marcadas por formas várias, literais ou funcionais, de analfabetismo. Não são só os recursos económicos que estão desigualmente distribuídos na nossa sociedade e que escasseiam em certos grupos; a precariedade e o déficite respeitam também os recursos cogniti-

têm, por exemplo nos recentes inquéritos aos valores dos portugueses, os ideais igualitários entre sexos) é o da especialização da mãe nas tarefas da infância, no que se revela um contínuo prolongamento da sua especialização doméstica.

É bom lembrar, retomando o nosso fio condutor, que as diferentes tonalidades que pode assumir o processo educativo da criança em casa se prendem, também, ao meio social e escolar de pertença dos pais. Estas estratégias educativas parecem organizar-se em torno de dois modelos. Temos, por um lado, um modelo contratualista que privilegia a negociação flexível com a criança, a sua motivação e autonomia, que encoraja trocas comunicativas entre pais e filhos, própria de famílias abertas e atentas à influência externa de amigos, televisão e escola; e, por outro lado, um modelo estatutário, guiado pela ideia de atingir um melhor estatuto social, que impõe, mais rigidamente, a acomodação ou conformidade a normas sociais vigentes, fazendo um uso mais frequente de técnicas pedagógicas de controle. Ora, se o primeiro tende a prevalecer em casais de classe média escolarizada, urbana, o segundo, pelo contrário, surge em casais do meio operário, pouco escolarizado, com profissões manuais, a viver em áreas rurais. À partida, numas ou noutras famílias, as infâncias destas crianças não são as mesmas.

4.2. Na família actual, a criança não é pois tanto um investimento mas um custo, material e afectivo; e constitui o objecto de uma estratégia educativa que passa por uma longa carreira escolar. Chegamos, assim, a uma diferente realidade que baliza, de outro lado, a condição da infância: a escola.

No nosso país, o sistema educativo expandiu-se brutalmente nas últimas décadas. O estado português assegura actualmente uma escolaridade de 9 anos, e generalizou-se, entre os portugueses, a ideia de que a criança deve ser sociabilizada na escola — o diploma escolar é encarado como o instrumento, por excelência, da mobilidade social. Mas o ideal da escola e esta cultura familiar escolar está, sob este ponto de vista, longe da realidade que é vivida em alguns meios escolares.

A pobreza é uma realidade intolerável mas persistente em Portugal, tendo maior expressão quantitativa em meio rural, assumindo talvez formas mais qualitativas mais graves em meio urbano. Seja como for estima-se que 1/4 das famílias portuguesas vivam em situação de pobreza e de extrema precariedade económica. Por outro lado, franjas muito extensas da nossa população continuam marcadas por formas várias, literais ou funcionais, de analfabetismo. Não são só os recursos económicos que estão desigualmente distribuídos na nossa sociedade e que escasseiam em certos grupos; a precariedade e o déficite respeitam também os recursos cogniti-

vos. Tal plano de fundo só pode marcar negativamente a suposta cultura escolar das famílias para a infância. De várias maneiras:

- numa família pobre, o imperativo da sobrevivência material, no curto prazo, afasta de facto, e simbolicamente, as crianças da escola — e das novas exigências sociabilizadoras
- das sociedades modernas (tal como os sistemas de emprego e educativo). A escola traz mais despesas para a família (em livros, roupa, nomeadamente); a escola atrasa por mais tempo a entrada da criança no mercado de emprego (a escola é, portanto, um tempo de não trabalho), a troca de um diploma para o qual não se vê grande utilidade (o universo e a experiência escolares são, não o esqueçamos, desconhecidos por muitos pais); e de resto, como se sabe, a estada destas crianças na escola corresponde, muitas vezes, a uma penalizante carreira de insucessos;
- a pobreza material e cognitiva empurra as crianças para formas de trabalho dentro e fora de casa, para as actividades de angariação directa de sustento ou de ajuda aos adultos: nos campos, no fabrico de artigos em casa, na oficina (em regiões de industrialização difusa); mas também na mendicidade, na arrumação de carros, no roubo ou em outras actividades ilícitas (nas grandes cidades, como Lisboa, onde nos defrontamos com a realidade, dura e crua, dos meninos de rua). Reencontramos nestes casos, uma cultura de destituição escolar e uma lógica tradicional de funcionamento familiar: o grupo doméstico constitui uma rede de braços de trabalho que envolve indistintamente homens e mulheres, adultos e crianças, de todas as idades, que assim se mobilizam para sobreviver. E reencontramos, portanto bolsas de exclusão onde não há tempo nem espaço para a infância.

5. Em suma, e para concluir, gostaria de fazer três observações:

- temos todos a ganhar (investigadores, interventores, decisores), com o diálogo permanente entre os nossos diferentes saberes e práticas profissionais;
- não existem conhecimentos absolutos sobre a realidade, nem saber que traga consigo a verdade única sobre as coisas; muito menos num campo tão inquietante (em extensão e gravidade), como o das crianças em risco;
- este Seminário representa uma feliz ilustração desse desejável princípio de complementaridade e de abertura. Desejo, por isso, felicitar os seus organizadores e espero que esta corrente não se quebre.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALMEIDA, A. Nunes de et. Al. (1995) — *Os padrões recentes da fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- ALMEIDA, A. Nunes de et. Al. (1997) — “Relações familiares: mudança e diversidade” in VIEGAS, I. M. Leite e COSTA, A. Firmino (eds) — *Portugal — que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, A. Nunes, GUERREIRO, M. Dores (1993) — “A Família” in FRANÇA, Luís (eds), *Portugal — valores europeus, identidade cultura*, Lisboa, IED.
- ARIÈS, Ph. (1975) — *L'enfant etia vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seil.
- BENAVENTE, A. et. Al. (1994) — *Renunciar à escola. O abandono escolar no ensino básico*, Lisboa, Fim de Século.
- CAPUCHA, L. M. (1997) — “Pobreza, exclusão social e marginalidade” in VIEGAS, J. M. Leite e COSTA, A. Firmino (eds) — *Portugal — que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- FERRÃO, II (1995) — “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno” in BARRETO, A. (ed.), *A situação social em Portugal, 1960-95*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- FLANDRIN, II L. (1976) — *Familles: parenté, mais on, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette.
- KELLERHALS, J. et. Al. (1991) — *Les stratégies éducatives des familles, Lausanne*, Delachaux et Niestlé.
- ROUSSEL, L. (1989) — *La famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SEABRA, Teresa (1997) — “Estratégias familiares de educação das crianças”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, (23).